**EXCELENTÍSSIMO JUIZO DA \_\_\_\_ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CIDADE-ESTADO**

**... (nome completo em negrito do reclamante)**, ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), portador do CPF/MF nº ..., com Documento de Identidade de n° ..., residente e domiciliado na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município – UF), vem respeitosamente perante a Vossa Excelência propor:

**AÇÃO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**

em face de **... (nome em negrito do reclamado)**, ... (indicar se é pessoa física ou jurídica), com CPF/CNPJ de n. ..., com sede na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município– UF), pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir e no final requer.:

**2- DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.**

Tendo em vista ser o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário que a submissão dos conflitos trabalhistas à comissão de conciliação prévia, prevista na CLT em seus artigos 625 - A e seguintes, é uma faculdade do trabalhador, vem o reclamante a este juízo para buscar a solução de seu conflito.

**DOS FATOS**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Não encontrando outro meio de ter seus direitos respeitados senão buscar nas vias judiciais sua satisfação.

**DO DIREITO**

Segundo o Art. 477 da Clt, as verbas rescisórias devem ser quitadas até o máximo de 10 dias após o aviso prévio indenizado, sendo o presente caso, sendo assim necessário se faz a quitação das verbas:

* saldo de salários;
* Salário-família;
* Horas extras (se não foram pagas);
* Adicional noturno;
* [Férias](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/ferias.htm) Vencidas com adicional de 1/3 constitucional;
* Férias Proporcionais com adicional de 1/3 constitucional;
* [13º Salário](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/13_1parcela.htm) proporcional;
* [Aviso prévio](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/aviso_previo.htm) indenizado;
* Saldo de banco de horas não compensado (se houver);
* FGTS da rescisão;
* Multa de 40% (+ 10%) sobre o saldo do FGTS e etc.

**DOS PEDIDOS.**

**Juntar planilha com liquidação**

Ante, o exposto, requer o reclamante que:

- Que seja deferido os benefícios da justiça judiciária gratuita, nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/50, por ser pobre na acepção legal, não podendo arcar com as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio;

- Seja julgada totalmente procedente os pedidos da presente reclamação trabalhista, reconhecendo a demissão por justa causa, e o direito a todas as verbas rescisórias:

- entrega de guia de seguro desemprego ou indenização substitutiva.

- Que seja condenada a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios nos termos do contrato de honorários advocatícios juntado aos autos em anexo, a título de dano material emergente.

- Requer a notificação da reclamada no endereço supramencionado, para que, querendo apresente resposta no prazo legal, sob pena de revelia.

- Requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive **TESTEMUNHAL**.

Valor da Causa: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por meros valores fiscais.

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF